

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LAIDES ANTONINHA MARIANOF

METODOLOGIA DE TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS: UM OLHAR
DIRECIONADO PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM
ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS

MATINHOS

2023

LAIDES ANTONINHA MARIANOF

METODOLOGIA DE TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS: UM OLHAR
DIRECIONADO PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM
ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de pós Graduação em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título como especialista em Questão Social.

Orientadora(a): Prof(a). Dr(a). Ane Barbara Mariussi Voidelo.

MATINHOS

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SEÇÃO DE GESTÃO ACADÊMICA DA PÓS-GRADUAÇÃO
Rua XV de Novembro, 1299, - Bairro Alto da XV, Curitiba/PR, CEP 80060-000
Telefone: - <http://www.ufpr.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA Nº17

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE ESPECIALIZAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE ESPECIALISTA EM QUESTÃO SOCIAL PELA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

No dia onze de dezembro de dois mil e vinte e três às quatorze horas, na sala virtual da Plataforma TEAMS, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de monografia da discente **LAIDES ANTONINHA MARIANOF**, intitulada: **METODOLOGIA DE TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS: UM OLHAR DIRECIONADO PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS**, sob orientação da Profa. Dra. ANE BÁRBARA VOIDELO. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação QUESTÃO SOCIAL PELA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: ANE BÁRBARA VOIDELO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), VANESSA FIORINI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), GISELLE ÁVILA LEAL DE MEIRELLES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela **APROVAÇÃO**, com conceito **APL** (Aprendizagem Plena). Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de especialista está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, ANE BÁRBARA VOIDELO, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **GISELLE AVILA LEAL DE MEIRELLES**,
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR, em 12/12/2023, às 18:43, conforme art. 1º, III,
"b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANE BARBARA VOIDELO MARIUSSI**,
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR, em 12/12/2023, às 22:47, conforme art. 1º, III,
"b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VANESSA FIORINI, Usuário Externo**, em 13/12/2023, às 07:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LAIDES ANTONINHA MARIANOF, Usuário Externo**, em 14/12/2023, às 18:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **6271693** e o código CRC **D1195412**.

RESUMO

Este trabalho visa apresentar parâmetros norteadores para escolha de metodologias no Trabalho Social com Famílias (TSF) no âmbito da Política de Assistência Social, particularmente no contexto do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). A pesquisa de natureza qualitativa inclui análise documental amparada em referências teóricas e diretrizes técnicas regulamentadas, e entrevista estruturada com os profissionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Campo Largo. Do desdobramento dessas análises, emergem indicativos para a organização do processo metodológico no trabalho social com famílias no CREAS. Sugere-se a priorização da participação ativa das famílias e dos indivíduos, promovendo intervenções embasadas no conhecimento das realidades sociais. O texto destaca considerações e desafios enfrentados pelos profissionais da equipe de referência vinculados ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no município de Campo Largo. Apontamentos que podem representar o cotidiano profissional dos trabalhadores do SUAS em geral, cujo desenvolvimento do trabalho social com famílias cria embate entre desenvolver uma abordagem centrada no indivíduo como sujeito de direitos e a necessidade de executar programas/projetos focalizados e descontinuados que objetivam respostas pontuais e imediatas. Enfatizam contextos familiares com vivências de situações de violações de direitos advindas dos processos sociais, econômicos, políticos e culturais e o afastamento do Estado enquanto garantidor de direitos e responsável pela proteção social, conforme delineado na Constituição Federal de 1988. Resultados que requisitam o seguimento de um conjunto de posturas éticas e políticas das gestões públicas responsáveis pelo planejamento e organização do Sistema Único de Assistência Social em todas as esferas. Enfatiza a escolha de metodologias para o trabalho social com famílias que representem um percurso sistemático, processual e contínuo, com viés emancipatório, fundamental para transformar e fortalecer a Assistência Social como política pública.

Palavras-chave: Assistência Social, Trabalho Social com Famílias, Metodologia, SUAS, CREAS, Direitos Sociais, Grupos socioeducativos.

ABSTRACT

This work aims to present guiding parameters for choosing methodologies in Social Work with Families (TSF) within the scope of the Social Assistance Policy, particularly in the context of the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS). The qualitative research includes documentary analysis supported by theoretical references and regulated technical guidelines, and structured interviews with professionals from the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS) in Campo Largo. From the development of these analyses, indications emerge for the organization of the methodological process in social work with families at CREAS. It is suggested to prioritize the active participation of families and individuals, promoting interventions based on knowledge of social realities. The text highlights considerations and challenges faced by reference team professionals linked to the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS) in the municipality of Campo Largo. Notes that represent the daily professional life of SUAS workers in general, whose development of social work with families creates a conflict between developing an approach centered on the individual as a subject of rights and the need to execute focused and discontinued programs/projects that aim for specific and immediate responses. They emphasize family contexts with experiences of situations of rights violations arising from social, economic, political and cultural processes and the removal of the State as a guarantor of rights and responsible for social protection, as outlined in the Federal Constitution of 1988. Results that require the follow-up of a set of ethical and political stances of public administrations responsible for planning and organizing the Unified Social Assistance System in all spheres. It emphasizes the choice of methodologies for social work with families that represent a systematic, procedural and continuous path, with an emancipatory bias, fundamental to transforming and strengthening Social Assistance as a public policy.

Keywords: Social Assistance, Social Work with Families, Methodology, SUAS, CREAS, Social Rights, Socio-educational groups.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
2 MARCOS NORMATIVOS DO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	11
3 DIMENSIONAMENTO TEÓRICO E APROXIMAÇÕES A METODOLOGIAS PARA O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS	15
4 IDENTIFICAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) CAMPO LARGO – PR.....	20
5 REFERÊNCIAS E DIÁLOGO COM EQUIPE INTERDISCIPLINAR: ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO.....	24
6 CONSIDERAÇÕES.....	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35
ANEXO 01. ROTEIRO DA ENTREVISTA ESTRUTURADA.....	38
ANEXO 02. TERMO DE CONSENTIMENTO.....	39

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa apresentar parâmetros norteadores para escolha de metodologias no Trabalho Social com Famílias (TSF) no âmbito da Política de Assistência Social, particularmente no contexto do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Promover reflexões e fomentar discussões acerca das concepções e dos fundamentos teóricos que possam embasar o desenvolvimento de metodologias voltadas para um processo emancipatório das famílias com vistas para a transformação social, considerando-as como sujeitos detentores de direitos.

A promulgação de uma legislação social, iniciada com a Constituição Federal de 1988, marcou um avanço significativo na formulação de políticas públicas destinadas a garantir o acesso aos direitos da população. Entretanto, é relevante destacar que a Assistência Social como política pública, a qual transita no campo do direito e da responsabilidade do Estado, se dá em um contexto de predominância econômica neoliberal¹. Essa condição expõe um conflito entre a necessidade de ampliar a presença estatal em conformidade com as novas diretrizes da proteção social e a proposição neoliberal de um Estado reduzido, que busca diminuir os gastos sociais e as regulamentações econômicas.

Observa-se um movimento de revogação de direitos sociais já conquistados, além de cortes orçamentários em áreas da Assistência Social, Saúde e Educação. Um cenário que suscita crescente insegurança e levanta questionamentos sobre a efetiva materialização deste aporte teórico legislativo, bem como sobre o comprometimento do Estado na implementação de programas e projetos destinados a proteção integral das famílias. Como ressaltado em Nota Técnica:

O Brasil nunca alcançou a proteção social dos trabalhadores e trabalhadoras, seja via trabalho assalariado, seja via políticas sociais, ou ambos associados, pois nunca se alcançou a construção de um projeto de redistribuição da riqueza produzida nestas terras. (ABEPSS, 2021, p. 09)

¹ O fato é que no Brasil o capitalismo dependente, submetido historicamente ao julgo do imperialismo norte-americano, após a CF/88, passa a receber os influxos do pensamento político-econômico neoliberal, calcados num ideário que apregoa que o bem estar coletivo é consequência do bem estar individual, derivado da capacidade/esforço de cada um. Baseia-se, ainda, na política de ajuste fiscal no intuito de gerar superavit primário, via privatizações e redução do orçamento social. Desta forma, o neoliberalismo é um forte golpe para a área das políticas sociais mantendo-as focalizadas na miséria e possibilitando -no limite- a reprodução biológica da classe trabalhadora. (ABEPSS, 2021)

Tal composição se torna desafiadora para os profissionais que atuam no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e desenvolvem o trabalho social com famílias. Eles se deparam com um cotidiano atravessado por programas/projetos focalizados e descontinuados, assim como a ausência de serviços públicos que garantam direitos.

Desafios que se apresentaram em minha trajetória profissional de acompanhamento a famílias com vivência de violação de direitos, onde as garantias de proteção social estatal tornam-se cada vez mais frágeis. E as inquietações resultantes das reflexões do fazer cotidiano levam à compreensão da importância do poder do coletivo e destacam a necessidade fundamental de manter espaços que promovam resistência em busca de uma consciência crítica e política nessas famílias.

Como referenciado por Miotto (2003) Teixeira (2010) e Carvalho (2014) é no exercício da prática profissional que o trabalho social com famílias se concretiza. Não há como compreender e conhecer as necessidades de um grupo familiar, usuário da política de Assistência Social, sem apreender sobre o processo histórico, social e cultural perpassado por estas famílias. Contexto que evidencia um olhar para a questão social e a identificação das suas manifestações, presentes nos arranjos familiares e na forma com que suas relações pessoais e sociais acontecem.

Assim, o trabalho social com famílias requer intervenções sustentadas em um processo metodológico que objetiva a conscientização do indivíduo sobre sua cidadania e sua inserção em um contexto coletivo de direitos. Essa visão reflete um cotidiano profissional carregado de intencionalidade, servindo como o guia para a adoção de metodologia(s) embasada(s) em pressupostos teóricos críticos e alinhadas com a realidade vivenciada.

Este artigo, disposto em três partes, baseou-se em uma pesquisa de natureza qualitativa que inclui análise documental e entrevistas estruturadas com os profissionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Campo Largo.

Inicialmente, de forma resumida, explora a evolução da Assistência Social como uma política pública de direitos e identifica desafios estruturais na efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Introduce a discussão sobre os níveis de complexidade da proteção social de responsabilidade estatal e a importância da família como categoria central nas ações desta política.

Na sequência apresenta orientações para o trabalho social com famílias (TSF), abordando referências teóricas e práticas, bem como perspectivas em relação ao papel da família nas políticas sociais. Além disso, explora aproximações às metodologias de caráter

socioeducativo que buscam romper com ações focalizadas e imediatistas, despertar a consciência política e promover a autonomia das famílias.

Por fim, o terceiro momento consiste em uma breve caracterização do espaço da pesquisa, seguido pela análise dos dados coletados nas entrevistas. São apresentadas considerações e desafios relacionados a prática cotidiana dos profissionais. Conceitos e formulações que embasam o trabalho social com famílias e a construção de metodologias no CREAS Campo Largo.

2 MARCOS NORMATIVOS DO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Atenta-se que desde os primórdios da Assistência Social no Brasil, entre as décadas de 1930 e 1940, a família como espaço primordial do cuidado no desenvolvimento da vida humana, têm sido um foco de atenção. Ainda que inicialmente essa atenção estava embasada em padrões de benemerência, tutela e filantropia.

A assistência era caracterizada por intervenções de atendimento específico às famílias e indivíduos em situação de pobreza². Com ações para a promoção do ajustamento destas (es) ao padrão moral e social determinante, marcado por valores conservadores, com ênfase na religião, nas normas sociais tradicionais, e numa compreensão moralista dos problemas sociais³. Neste sentido o ajuste das famílias e indivíduos representava reeducá-los e reinseri-los na sociedade, evitando a desordem moral e social para harmonização do capitalismo, uma vez que a pobreza e a desigualdade social limitavam a formação de um mercado consumidor e impediam o desenvolvimento socioeconômico do país.

A partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88), a família passou a receber importância normativa, evidenciada pelo seu destaque no artigo 226: “*A família base da sociedade, tem especial proteção do Estado*”, estabelecendo um marco legal que responsabiliza o Estado pela proteção familiar. Ademais, na CF/88, a Assistência Social foi reconhecida como política pública e, seguindo as proposições infraconstitucionais, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS - Lei 8742/1993) a definiu como direito de cidadania.

O Artigo 2º da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) estabelece que a Assistência Social, como política pública, possui três funções essenciais: defesa de direitos, vigilância socioassistencial e **proteção social**⁴. A proteção social, por sua vez, é estruturada em diferentes níveis de complexidade, levando em consideração a situação de vulnerabilidade

² Como exemplo referenciamos a Legião Brasileira de Assistência (LBA) cujo objetivo de existência era atender a necessidades de grupos da população considerados carentes, ou na provisão e distribuição de alimentos, tratamentos de saúde, remédios, etc. Como também órgão responsável pela formação profissional em cursos profissionalizantes de profissões requisitas pela indústria. Acessado em 18 de abril de 2023. <https://fonte.ufsm.br/index.php/legiao-brasileira-de-assistencia-lba>

³ A exemplo o código de menores (1927 - 1990), que era direcionado as pessoas menores de 18 anos em “situação irregular” que estariam abandonados materialmente, vítimas de maus-tratos, em perigo moral, desassistidos juridicamente e autores de ato infracional. A solução para estas situações compreendia o afastamento, a segregação destes indivíduos da sociedade. Lei 6697 de 1979 institui o código de menores. Este código foi revogado apenas com a promulgação do Estatuto da Criança e adolescente (Lei 8.069/1990).

⁴ Proteção Social: Garantias de • **segurança de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia**; • **segurança de convívio ou vivência familiar**• **segurança de acolhida** (BRASIL, 2004, p. 33-34)

social⁵ e as violações de direitos que envolvem famílias e indivíduos. Esses níveis são conhecidos como Proteção Social Básica⁶ e a Proteção Social Especial (Média e Alta complexidade)⁷, e estão regulamentados pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004.

Evidencia-se que a família, espaço insubstituível e privilegiado de proteção e socialização primária, incumbida de oferecer cuidado aos seus integrantes, está contemplada nas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS 2004). A matricialidade sociofamiliar⁸ ressalta a importância central da família como núcleo social fundamental de direcionamento de ações, benefícios, programas e serviços da política de Assistência Social.

Dessa forma, as normativas, teorias e estratégias para implementação do trabalho social com famílias destacam a presença fundamental e a relevância do núcleo familiar. Esse enfoque exerce influência na operacionalização, condução dos serviços providos tanto pelo Estado, quanto por entidades e organizações inseridas no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Costumamos dizer que é pela via do trabalho social que a política social se materializa. Ou melhor, a política social como ação do Estado tem intencionalidades, diretrizes, planos, prevendo desenhos para a implementação das metas e resultados a serem perseguidos. Mas ela depende de processos que a concretizem no território, produzam adesão e participação dos cidadãos. A essa ação chamamos de Trabalho Social. (CARVALHO,2014, p.17-18)

Ação de trabalho social, a qual é materializada nas intervenções dos profissionais trabalhadores do SUAS, que atuam nas unidades públicas de atendimento, distribuídas em

⁵ Os documentos no SUAS não conceituam a vulnerabilidade social, mas a relacionam com as situações de pobreza e às condições de vida dos usuários, sendo frequentemente associada à privação, especialmente no que diz respeito à falta de renda e ao acesso precário ou inexistente aos serviços públicos. Além das fragilidades econômicas, os documentos destacam a expressão da vulnerabilidade relacionada aos vínculos afetivos, sejam eles de natureza relacional ou de pertencimento. A fragilização desses vínculos pode colocar o indivíduo em uma condição de vulnerabilidade.

⁶ A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (BRASIL,2004, p.27)

⁷ A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (BRASIL,2004, p.31)

⁸ A matricialidade sociofamiliar é uma das bases de organização do processo de gestão do SUAS. Por reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sociocultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida. (BRASIL, 2004, p. 33)

espaços sócio ocupacionais, regidas pelo princípio da territorialização⁹. Territórios (locais) que para a Assistência Social são identificados a partir de múltiplos fatores sociais e econômicos, que podem levar o indivíduo e sua família a uma situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social¹⁰.

Todavia, o território apesar de ser quantificado por índices deficitários relacionados ao trabalho e renda, educação, saúde, transporte urbano, habitação e infraestrutura, também é um local de interação familiar, compartilhamento de vivências e construção de vínculos. Elementos que devem embasar o planejamento das ações da política pública e a previsão de serviços socioassistenciais que atendam o coletivo. O documento Fundamentos Ético-Políticos e Rumos Teórico Metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social estabelece que,

As ações profissionais estão condicionadas pelos fundamentos teórico-metodológicos que envolvem concepções acerca de categorias centrais para o seu desenvolvimento, tais como de proteção social, direitos de cidadania, autonomia, necessidades humanas e também de família. São justamente essas concepções que vão sustentar as finalidades que se quer alcançar com o TSF. Portanto, ancorados nos seus fundamentos e mirando sua finalidade, se projeta um percurso para o TSF. Tal projeção se sustenta no conhecimento das situações familiares e das opções que profissionais e gestores realizam, tendo em vista o atendimento das necessidades postas pelas famílias em determinados territórios. (BRASIL, 2016, p. 16)

Importante salientar quanto a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução 109/2009 CNAS), que desempenha um papel fundamental na padronização e regulamentação em todo território nacional dos serviços socioassistenciais ofertados pelos níveis de proteção social. Essa normativa define o público a ser atendido, os propósitos de cada serviço e os resultados esperados para efetiva garantia dos direitos socioassistenciais. A padronização oferecida por essa regulamentação pode ser vista como um avanço significativo para a organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), uma vez que contribui para assegurar uma abordagem uniforme e coerente nos serviços de Assistência Social em todo o país.

⁹ Princípio definido na NOB/SUAS 2005. Dentre os elementos essenciais dessa formulação, destaca-se o território como base de organização do sistema, cujos serviços devem obedecer à lógica de proximidade do cidadão e localizar-se em territórios de incidência de vulnerabilidade e riscos para a população. E reafirmado como diretriz pela NOB/SUAS 2012 (Artigo 5º, inciso V).

¹⁰ Não há conceituação de risco, estes são exemplificados nos documentos que compõe o SUAS como situações que aparecem na vida da/o usuária/o e a/o colocam em situação considerada 'de risco'. Como o isolamento, violações de direitos, abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil.

Os marcos normativos apresentados integram o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Este arcabouço dá forma ao SUAS e marca uma trajetória de transformação da Assistência Social, antes de caráter filantrópico, para atualmente uma política pública de direito. Um conjunto de leis e regulamentos que coloca a família no centro das atenções, indicando um caminho para o trabalho social. Especificamente na proteção social especial, em que a finalidade das ações está direcionada para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco, vivenciadas no âmbito familiar.

3 DIMENSIONAMENTO TEÓRICO E APROXIMAÇÕES A METODOLOGIAS PARA O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS.

A Assistência Social é uma política pública de direito que atende a famílias e indivíduos que dela necessitam, fazendo parte do tripé da seguridade social. Sua estrutura organizada e dimensionada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com unidades públicas distribuídas de acordo com as proteções sociais (Básica e Especial), ofertam serviços socioassistenciais por meio do trabalho social realizado por equipes de referência. Essas equipes são compostas por profissionais de formações diversas regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB- RH/SUAS.

Neste contexto considera-se que o trabalho Social com famílias dependerá da interpretação dos profissionais em relação aos documentos que orientam sua prática, da compreensão que desenvolverão sobre os objetivos de sua atuação e da maneira como acreditam que podem intervir em determinada situação. No entanto, sua natureza técnica segue princípios teóricos, que fundamentam conceitos, concepções e significados. Ao estabelecer esses princípios aponta-se a direção social do trabalho e sua abordagem metodológica, que implica na ação diária e nas possibilidades que a realidade oferece para questionar e transformar-se em outra (GUERRA, 2009).

Além da interpretação, a disponibilidade para a construção de um saber coletivo sinaliza o percurso para a atuação profissional, em que torna fundamental,

A escolha dos pressupostos teóricos, que dão embasamento a metodologia, a definição das diretrizes que operacionalizam a ação e delimitação de processos e procedimentos do trabalho supõe um percurso que requer tanto a constituição de uma lógica na organização da intervenção, como também a produção de um conhecimento e sobretudo, o diálogo com a realidade e com os sujeitos da intervenção. (CARVALHO,2014, p.170)

A realidade social, no entanto, é dinâmica e retratada a partir de determinantes de uma conjuntura sócio histórica. Apesar dos avanços na legislação social brasileira, como mencionado anteriormente, representarem um marco importante para a elaboração de um sistema de proteção social, sua não efetividade pode gerar insegurança e dúvidas sobre a real implementação deste aporte legal nas ações e intervenções com as famílias. Em um contexto de manutenção e complexificação das expressões da questão social, agravadas pelo desenvolvimento de um projeto societário orientado pelo mercado, que busca reduzir ou eliminar a responsabilidade do Estado na garantia da proteção social às famílias e indivíduos.

A dinâmica da realidade social cuja composição de determinantes sociais, econômicos, culturais e de posicionamento político que condicionam e interferem na configuração e na dinâmica das famílias,

[...] reafirmamos o ponto de vista de serem as famílias produto de um tempo e de um lugar determinados social e historicamente e de, ao se formular o trabalho social, considerar que a realidade brasileira na qual estão inseridas está fortemente marcada, entre outros aspectos, por uma reestruturação produtiva que resulta em desemprego, precarização do trabalho, e desregulamentação das leis trabalhistas, além da retração do Estado na área social, que incide em um sistema de proteção social cada vez mais insuficiente para fazer frente a situações decorrentes de questões contemporâneas já referidas. (GOIS, 2018, p. 41)

Socialmente, espera-se que a família exerça funções relacionadas à reprodução da vida, cuidado, aprendizado de afetos e à construção de vínculos interpessoais e de pertencimento, contribuindo assim para melhorar a qualidade de vida de seus membros. No entanto, dadas as condições socioeconômicas precárias e fragilidades sociais persistentes, é necessário que o Estado desempenhe um papel de proteção para garantir a capacidade protetiva¹¹ da família. Ou seja, a família ser reconhecida uma instância a ser protegida e cuidada de forma universal, atendendo às suas necessidades em vez de atender apenas aos objetivos das instituições. (MIOTO, 2003)

O reconhecimento da necessidade de proteção da família pelo Estado, mediante as vicissitudes por ela vivenciadas envolve uma direção política e ética tanto na gestão e execução da Política de Assistência Social, quanto de outras políticas públicas.

Importante considerar que a Assistência social, ainda está em busca de reconhecimento de suas atribuições próprias. Ao conferir a essa política pública e os serviços nela tipificados a garantia da proteção social, mediante a oferta de benefícios contínuos e eventuais, ações, programas e projetos, que objetivam a autonomia das famílias por meio da oferta de condições materiais - há também a ideia de que sua finalidade é atender todas as necessidades da população - mesmo que a exclusão esteja vinculada à falta de acesso a direitos e serviços referenciados a outras políticas públicas.

¹¹ Análise que suscita a reflexão sobre recursos que a família tem em desenvolver sua capacidade protetiva mediante um contexto externo a sua organização e histórico de direitos violados e não acesso a serviços públicos que atendessem suas demandas de sobrevivência. Questionando o que se espera quando almejado o desenvolvimento da capacidade protetiva familiar. Em qual perspectiva ancora-se o desenvolvimento das ações, na que considera a família por excelência o centro de cuidado e proteção apostando em sua capacidade intrínseca, ou na perspectiva que o Estado através da formulação de políticas públicas garanta sustentabilidade para que a família possa enfim tornar-se um espaço protetivo e de cuidado para seus membros. (MIOTO, 2003)

Este panorama direciona para a política de Assistência social a resolução das demandas apreendidas, mesmo quando visível o necessário envolvimento de serviços e ações de outras políticas públicas, para que se imprima um caráter integral e amplo da proteção do Estado. São intervenções que requisitam uma abordagem intersetorial e da rede socioassistencial¹², tendo em vista que a garantia de direitos ou acesso a eles não se reduz e nem se esgota em um único serviço.

Nesse sentido, é crucial implementar ações socioassistenciais individuais e coletivas, com o foco no acesso e na garantia dos direitos de cidadania, visando a conquista da autonomia e do protagonismo social. A concepção de autonomia deve derivar da percepção de que os indivíduos são sujeitos de direito, considerando as determinações sociais que moldam suas condições de vida, sejam elas materiais ou afetivas. Envolvendo o reconhecimento da força do coletivo para possibilidades concretas de acesso a bens e serviços produzidos pela sociedade. (TEIXEIRA, 2010)

Ao referenciar categorias como autonomia, protagonismo social, compreende-se que na adoção de metodologias do trabalho social com famílias, torna fundamental embasamentos que priorizem o diálogo, a conscientização e a identificação do indivíduo como cidadão de direito. Ao mesmo tempo que venham a proporcionar a organização e a resistência do coletivo, mediante a identificação das famílias acompanhadas de um lugar de pertencimento social, cujo enfoque seja a transformação da realidade em que se encontram.

Certamente, a citação a seguir é relevante não apenas para assistentes sociais, mas para todos os profissionais envolvidos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), seja na gestão, no planejamento ou na execução do trabalho social com famílias. Iamamoto (2010) faz a seguinte análise:

[...] os assistentes sociais precisam ter o conhecimento criterioso dos processos sociais e de sua vivência pelos indivíduos sociais, visto que isso poderá alimentar ações inovadoras. Aliás “tal conhecimento é pré-requisito para impulsionar a consciência crítica e uma cultura pública democrática”. (IAMAMOTO, 2010, P.200)

É fundamental salientar que a compreensão do contexto social e o reconhecimento da centralidade na família com vistas a superação da focalização, repousa no pressuposto que para a família proteger é necessário garantir condições de sustentabilidade para esta proteção. É essencial também apreender as necessidades familiares e a partir destas formular uma política universalista, com ações que englobam além de programas que atendem patamares aceitáveis

¹² Para aprofundamento sugerimos a leitura de artigos da Profa. Dra. Cleide Lavoratti indicação na referência bibliográfica.

na melhora das condições objetivas de vida, o desenvolvimento de redes de serviços que suportem as tarefas cotidianas de cuidado, que atualmente se fazem à custa de uma alta dose de trabalho familiar não remunerado¹³. (MIOTO, 2003)

Todavia, a apreensão das necessidades familiares não deve limitar-se à mera contabilização de indicadores, ainda que estes sejam fundamentais para registros estatísticos e relatórios de acompanhamento familiar. Destaca-se que ferramentas técnicas e operacionais, quando utilizadas de maneira apropriada, desempenham um papel facilitador na compreensão do percurso sociofamiliar.

Seguramente, a escolha dos instrumentos técnicos, tanto os tradicionais - como a entrevista, a visita domiciliar e a reunião, quanto os menos convencionais - como teatro, fotografia, dinâmica de grupo, genogramas ou ecomapas¹⁴, deve ser embasada nos princípios teóricos, éticos e metodológicos que norteiam o projeto profissional e social a ser desenvolvido.

A análise das informações relativas ao contexto familiar, obtida por meio de ações investigativas¹⁵, interventivas e formativas, requer uma escuta qualificada, acolhimento e acompanhamento sistemático e contínuo. Posição que permite identificar as famílias atendidas e suas trajetórias de privação de direitos e de desproteção social presentes no cotidiano. É essencial considerar a natureza dialética desse processo, isto é, a constante construção de relações sociais no espaço privado, influenciada pela estrutura da sociedade e pelas dinâmicas de transformação social em andamento.

A identificação de elementos de desproteção social presentes no cotidiano das famílias atendidas que levam a escolha de instrumentais técnico operativos embasados em princípios teórico, éticos e metodológicos devem resultar em intervenções com o propósito de estimular uma consciência crítica da população atendida, bem como construir processos metodológicos para o trabalho social embasados em uma dimensão socio pedagógica. Dimensão essa que leva a desenvolver formas que permitam o acesso ao conhecimento por meio do aprendizado coletivo, despertando a consciência política, promovendo a autonomia e buscando o acesso universal de direitos.

Destacam-se então as metodologias analisadas durante o processo de pesquisa, consideradas alinhadas aos pressupostos éticos, políticos e emancipatórios. Referência a

¹³ Trabalho familiar não remunerado exercido pelo cuidador do Lar, geralmente a mulher quem presta a assistência aos membros, com atividades cotidianas de cuidado no atendimento das demandas básicas de higiene, alimentação, saúde e outros, sem o recebimento de valores monetários para esta execução.

¹⁴ Qualquer técnico da equipe de nível superior pode elaborar o ecomapa e genograma – assistente social, psicólogo, pedagogo, conforme trabalhadores do SUAS, definidos da Resolução 17/2011 do Conselho Nacional Assistência Social. É um instrumento de trabalho da equipe não de uma categoria profissional específica.

¹⁵ Investigação no sentido de pesquisa, análise dos modos de vida e de trabalho da população.

metodologias com bases pedagógicas e grupais, como as relacionadas ao pensamento de Paulo Freire¹⁶ e a educação popular. Além disso, metodologias de pesquisas sociais, pesquisa ação¹⁷, pesquisa participante, formação de grupos operativos, oficinas de intervenção interdisciplinar e rodas de conversa. Essas abordagens metodológicas têm em comum o objetivo de envolver os sujeitos da ação, promover a participação ativa, estimular a reflexão crítica e fomentar o diálogo. Aspectos essenciais para o trabalho social com famílias em uma perspectiva emancipatória e de promoção da autonomia.

Os espaços socioeducativos de grupos possuem um grande potencial para proporcionar informações e reflexões, bem como a troca de experiências. Seu objetivo principal é fortalecer o indivíduo como ser social, mas essencialmente que ele possa desenvolver o pertencimento e a importância da participação coletiva e do controle social, para que direitos sejam garantidos e novas conquistas sejam inseridas nas políticas públicas.

.... o trabalho socioeducativo com famílias ultrapassa a indução de reflexões internas e o uso do grupo como troca de experiências e ajuda mútua para se transformar em instrumento de construção de um novo conhecimento, partilhado e crítico, que os leva a sair do imediatismo de suas necessidades, para entendê-las enquanto coletivas, enquanto necessidades sociais de classe, que devem ser atendidas pelo poder público, como condição fundamental para a garantia de direitos e de qualidade de vida. (TEIXEIRA,2010, p. 15-16)

A apresentação desses parâmetros não possui a intenção de definir uma metodologia ou um padrão para o trabalho social com famílias. Pelo contrário, eles apontam para a importância de uma construção coletiva a partir do conhecimento das realidades sociais e das demandas vivenciadas nos serviços socioassistenciais e apreendidas pelos profissionais que neles atuam. No entanto para que seja um processo de transformação e fortaleça a Assistência Social como política pública é necessário ser sistemático, processual e contínuo.

¹⁶ Complemento a reflexão leitura do artigo da revista Serviço Social e Sociedade. N. 134. Pag. 70-87. Jan/abril de 2019. Paulo Freire e a educação popular na história do Serviço Social brasileiro (1980-2010). Acesso em <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/64sQhQzqsnnwBh5zRntwvxp/>

¹⁷ Indicação de leitura o artigo da Revista sociedade em debate. Pelotas. 7(2): 5-25, agosto/2001. Pesquisa ação: uma metodologia do conhecer e do agir coletivo. Acesso em <https://trabalhoepsicologia.com.br/2019/09/25/pesquisa-acao-uma-metodologia-do-conhecer-e-do-agir-coletivo/>

4 IDENTIFICAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) CAMPO LARGO – PR.

O município de Campo Largo no Estado do Paraná está localizado na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Optou-se por uma breve caracterização sócio econômica e demográfica, com apresentação de alguns indicadores baseados nas informações disponíveis em IBGE Cidades¹⁸, PNUD Brasil¹⁹ e no Instituto Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA²⁰.

De acordo com os dados do último censo 2022 o município em questão registra uma população de 136.327 habitantes em contrapartida ao censo de 2010 em que o contingente populacional era de 112.377 pessoas. Classificando Campo Largo como um município de grande Porte²¹, de acordo com a categorização estabelecida pelo Sistema Único Assistência Social (SUAS). Uma categorização de relevância na Política Nacional de Assistência Social, pois serve como um ponto de referência inicial para implantação e operacionalização dos serviços socioassistenciais e estabelece parâmetros para o desenvolvimento de ações relacionadas ao financiamento do sistema.

No entanto, é importante destacar que essa classificação é baseada principalmente em dados populacionais. Contudo algumas prerrogativas de análise considerando a diversidade e heterogeneidade dos municípios, incluindo suas distintas bases econômicas e estruturas regionais, estão assinaladas em documentos norteadores da Política de Assistência Social.

Municípios de Grande porte são os mais complexos na sua estruturação econômica, polos de regiões e sedes de serviços mais especializados. Concentram mais oportunidades de emprego e oferecem maior número de serviços públicos, contendo também mais infraestrutura. No entanto, são os municípios que por congregarem o grande número de habitantes e, pelas suas características em atraírem grande parte da população que migra das regiões onde as oportunidades são consideradas mais escassas, apresentam grande demanda por serviços das várias áreas de políticas públicas. Em razão dessas características, a rede socioassistencial deve ser mais complexa e diversificada, envolvendo serviços de proteção social básica, bem como

¹⁸ Acesso em 28 de setembro de 2023. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/campo-largo/panorama>.

¹⁹ Acesso em 25 de abril de 2023. Disponível em <https://www.undp.org/pt/brazil/atlas-dos-munic%C3%ADpios>.

²⁰ - Atlas da Vulnerabilidade social dos municípios – IPEA 2015. Acesso em 28 de setembro de 2023. Disponível em http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/ivs/publicacao_atlas_ivs.pdf

- Avaliação continuada da Vulnerabilidade social no Brasil: impressões e primeiros resultados do índice de Vulnerabilidade social (IVS) 2016-2017. Acesso em 28 de setembro de 2023. Disponível em https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9666/1/BRUA21_Ensaio10.pdf

²¹ A definição do porte é atribuída a partir do índice populacional, a partir dos dados censitários do IBGE. Esta classificação do SUAS auxilia a identificar as ações de proteção básica e/ou especial de média e alta complexidade, que devem ser estruturadas levando-se em conta a realidade local e é assim organizada. Pequeno Porte I, até 20.000 habitantes; Pequeno Porte II, de 20.001 a 50.000 habitantes; Médio Porte, entre 50.001 a 100.000 habitantes; Grande Porte, entre 101.000 e 900.000 habitantes; e Metrôpoles, correspondendo a municípios com mais de 900.000 habitantes. Esta classificação é base para a solicitação de valores ao ente federativo e repasse pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). (PNAS, 2004 p. 45-46)

uma ampla rede de proteção especial (nos níveis de média e alta complexidade). (BRASIL, 2004, p.46)

Em continuidade a caracterização referencia-se o índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM²²), dado analisado em três dimensões: longevidade (esperança de vida ao nascer), educação (taxa de analfabetismo e número de anos de estudo) e renda (renda familiar per capita). Este índice compreende valores entre 0 e 1, em que o resultado mais próximo ao número 1 (um) apontará para melhor classificação neste indicador de desenvolvimento humano. Em 2010 segundo o IBGE cidades, no município de Campo Largo este índice alcançou o valor de 0,745.

Os indicadores apresentados, embora não especifiquem o perfil das famílias acompanhadas pelos serviços socioassistenciais, particularmente os ofertados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Campo Largo, permitem inferir algumas perspectivas sobre a dinâmica populacional e a necessidade de serviços socioassistenciais.

O fato de o município manter um patamar médio de desenvolvimento humano sugere que ele possui uma base razoável em termos de acesso a serviços de saúde, oportunidades educacionais, e uma condição econômica que, em média, atende as necessidades essenciais da população. Dessa forma considerando o aumento populacional de acordo com o último Censo, e a localização geográfica de Campo Largo na região metropolitana de Curitiba, há sinais de um movimento de migração da população em busca de oportunidades de trabalho e/ou melhor qualidade de vida.

Cabe ressaltar que o aumento populacional demanda a expansão dos serviços em diversas áreas das políticas públicas, tanto em termos de quantidade quanto no atendimento aos diferentes níveis de complexidades das proteções sociais, de acordo com as necessidades das famílias. Condição que requer um planejamento e organização adequados da gestão municipal para atendimento às demandas desta população.

Quanto ao espaço sócio ocupacional da pesquisa - CREAS Campo Largo²³, como indicador sobre esta unidade estatal, tem se o índice de desenvolvimento - ID CREAS 2021²⁴ como referência. Conforme Nota técnica N.º 27/2015/ DGSUAS/SNAS/MDS – 2014, este

²² O Pnud classifica o IDH da seguinte forma: IDH entre 0 e 0,5 – Baixo Desenvolvimento Humano; IDH entre 0,5 e 0,8 – Médio Desenvolvimento Humano; IDH entre 0,8 e 1 – Alto Desenvolvimento Humano. (ASSIS,2007, pag. 3)

²³ O CREAS, de acordo com a lei nº 12.435/2011, é a unidade pública estatal, de abrangência municipal ou regional, que tem como papel se constituir em local de referência, nos territórios, na oferta de trabalho social especializado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos.

²⁴ Acesso em 23 de abril de 2023. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index5.php>

índice afere de forma aproximada e comparativa a qualidade dos serviços prestados por meio dos CREAS do Brasil. As informações advêm de dados que retratam a estrutura física das unidades, as características qualitativas e quantitativas das equipes e o escopo dos serviços ofertados à população, bem como os procedimentos necessários para uma oferta adequada.

Dentro dessas dimensões, foram criados cinco níveis, em que o nível 1 representa a situação mais precária e o nível cinco a situação que mais se aproxima dos padrões de qualidade desejáveis. De acordo com o CENSO SUAS 2021, O CREAS de Campo Largo obteve um índice 3 em seu ID CREAS, considerando serviços, estrutura física e recursos humanos. Essa pontuação resultou em uma média final também igual a 3. Esse índice considerado aceitável dentro dessa classificação, aponta, no entanto, para a necessidade de introdução de mais elementos qualificadores com a finalidade de aprimorar os padrões de qualidade.

Com relação a quantidade de famílias/indivíduos atendidos no serviço tomou-se como base informativa o Registro Mensal de Atendimentos (RMA), dado disponível publicamente para o mês de janeiro/2022²⁵. Em que divulga o total de famílias/indivíduos em acompanhamento pelos serviços do CREAS Campo Largo na quantidade de 177 (PAEFI e MSE), e novas inserções nos serviços para o mesmo mês, o quantitativo de 19 famílias/indivíduos.

A política de recursos humanos do SUAS, normatiza a composição mínima das equipes de referência para as unidades públicas de atendimento, como fator moderador, em consideração a quantidade de atendimentos/mês²⁶. A equipe na unidade do CREAS de Campo Largo, esta composta por 01 Coordenador, 03 Assistentes Sociais, 03 psicólogos, 03 educadores sociais, 01 auxiliar administrativo e 01 auxiliar de limpeza²⁷.

Embora a NOB/RH – SUAS ²⁸apresente orientações sobre os processos de trabalho dos serviços tipificados pela política de Assistência Social, a organização da equipe de referência como descrito em Brasil (2011, p.26) “caberá a gestão de cada unidade, considerando características e objetivos adequados aos serviços que realizam, de acordo com a realidade do território em que atuam e dos recursos que dispõe”.

²⁵Consideramos importante apresentar informações que estejam disponíveis publicamente, pois para dados ainda não publicados o acesso é restrito técnicos lotados na vigilância socioassistencial do município. Informações disponíveis em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/atendimento/auth/index.php>

²⁶ Conforme NOB-RH-SUAS na protecao de media complexidade para capacidade de atendimento de 80 pessoas/indivíduos sugere equipe do CREAS composta por 01 coordenador, 02 Assistentes Sociais, 02 psicólogos, 01 advogado, 04 profissionais de nivel superior ou medio(abordagem ao usuário) e 02 auxiliares administrativos. (BRASIL, 2011, p. 32).

²⁷ Os profissionais, exceto o auxiliar de limpeza que possui vínculo por contrato terceirizado, são servidores públicos municipais atendendo a prerrogativa da NOB/RH – SUAS.

²⁸ Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de assistência Social – Resolução CNAS nr. 269 de 13 de dezembro de 2006.

No espaço da pesquisa esta organização segue uma abordagem nuclear, onde cada núcleo é composto por dois técnicos de nível superior, 01 Assistente Social e 01 psicólogo, que se tornam referência de um determinado número de famílias conforme descrito abaixo.

- Núcleo A (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e indivíduos (PAEFI) perfil criança e adolescente e Serviço de Proteção Social a adolescentes em Cumprimento de Medida socioeducativa de Liberdade assistida (LA) e de Prestação de Serviço à comunidade (PSC);

- Núcleo B (Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas);

- Núcleo C (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e indivíduos (PAEFI) perfil criança e adolescente em Acolhimento Institucional e reintegração familiar; Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e indivíduos (PAEFI) perfil Mulher em Situação de Violência Doméstica; Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e Serviço Especializado em abordagem Social.

Ressalta-se que esta organização tem favorecido a qualificação dos serviços, mas não descaracteriza o atendimento integral do CREAS – Campo Largo. Mesmo que os técnicos de referência estejam divididos em núcleos de acompanhamento, na ausência destes, as famílias/ indivíduos que acessam a unidade receberão acolhimento de outros profissionais da equipe.

5 REFERÊNCIAS E DIÁLOGO COM EQUIPE INTERDISCIPLINAR: ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO.

A pesquisa de natureza qualitativa com entrevista estruturada foi realizada junto a profissionais da equipe técnica do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS – Campo Largo). Oportunizando maior aproximação do cotidiano destes trabalhadores e das famílias atendidas.

[...] essa pesquisa tem por objetivo evidenciar o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não só da minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que o sujeito tem a me dizer a respeito. Parte-se de uma perspectiva muito valiosa, porque à medida que se quer localizar a percepção dos sujeitos, torna-se indispensável - e este é um outro elemento muito importante - o contato direto com o sujeito da pesquisa. (MARTINELLI, 2012, p. 25)

O roteiro da entrevista de campo foi elaborado com base nos temas destacados pela pesquisa documental, organizando-se em três blocos. O primeiro visa identificar a execução do trabalho social com famílias no CREAS e o conhecimento dos profissionais quanto aos referenciais teóricos para construção de metodologias; o segundo objetiva explorar a concepção dos profissionais sobre as dinâmicas familiares e a compreensão da matricialidade sociofamiliar. Por fim, o terceiro aspecto consiste na avaliação destes profissionais sobre a necessidade de serviços para integralidade da proteção social e a existência de articulação intersetorial e da rede socioassistencial no município.

A fundamentação acima mencionada direcionou a elaboração de um formulário de entrevista ²⁹ composto por 13 questões dissertativas. Este formulário foi aplicado individualmente às cinco profissionais, sendo 03 psicólogas e 02 assistentes sociais, cuja participação ficou restrita a anuência do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido³⁰. As respostas obtidas, compiladas de forma descritiva, resultaram nas considerações apresentadas a seguir neste texto.

Por meio das entrevistas conduzidas, foi observado que as profissionais demonstram proficiência teórica e utilizam as normativas e orientações técnicas da política de Assistência Social para sua atuação. Entretanto, até o momento, não há reconhecimento e sistematização de metodologias para atendimento no CREAS Campo Largo. Mas as entrevistadas manifestam disponibilidade para uma construção conjunta de referenciais e processos metodológicos. Esse

²⁹ Anexo 01

³⁰ Anexo 02

aspecto ressalta o potencial da equipe, indicando a possibilidade de explorar esse conhecimento por meio da educação continuada e da abertura para o trabalho supervisionado.

Os profissionais enumeram dificuldades objetivas presentes no ambiente laboral como os principais indicadores da inexistência ou da realização parcial do trabalho social com famílias. Sejam elas, a sobrecarga de demandas, a complexidade das situações atendidas e o aumento significativo de famílias e indivíduos a serem acompanhados em relação ao contingente de recursos humanos disponíveis. Mediante esta realidade inferem a impossibilidade em conduzir o trabalho de maneira continuada, inclusive no acompanhamento sistemático das famílias, impactando na qualidade das atividades.

“Pela atual configuração do CREAS, considero que há uma tentativa de realizar trabalho social com famílias. Na maior parte do tempo, a complexificação dos casos atendidos, o aumento quantitativo de demandas e a falta de recursos humanos impossibilita o REAL desenvolvimento deste trabalho.” Entrevistada 01

“Considero que existe parcialmente um trabalho social com famílias, porém não há atualmente uma metodologia comum entre a equipe.” Entrevistada 02

“Devido ao grande volume de trabalho torna-se inviável a realização do trabalho social de fato com as famílias que são pontualmente atendidas e/ou inseridas no PAEFI. Na minha concepção uma proposta de trabalho social (amenizar as vulnerabilidades existentes e desenvolver potencialidades) seria a implantação de um grupo específico, porém não dispomos de tempo, nem, de recursos humanos para tal”. Entrevistada 04

Cabe mencionar aqui sobre discussões do formato das políticas sociais na contemporaneidade. Há uma tendência em direcionar processos de intervenção voltados para atendimento direto e prontamente responsivos a demandas específicas. Neste modelo de política pública, caracterizado por sua abordagem privatista, mercantilista e assistencialista, são esperadas intervenções profissionais de natureza pontual, focada em questões imediatas. Essas ações são frequentemente burocráticas, repetitivas, pragmáticas e altamente instrumentais, exigindo um determinado perfil profissional que consiga lidar com demandas imediatas. (GUERRA, 2009)

O apontamento acima é corroborado pelas profissionais entrevistadas, quando pontuam o direcionamento nos serviços para o atendimento individualizado e emergencial, muitas vezes necessário ante uma situação de risco, mas que não garante a construção do fortalecimento e autonomia das famílias. Destacam ainda, o cotidiano profissional caracterizado por solicitações emergenciais alheias as atribuições dos trabalhadores da unidade, a descaracterização de encaminhamentos recebidos pelo CREAS de Campo Largo e o desconhecimento das atribuições e competências dos serviços da Assistência Social e de outras

políticas públicas, como fatores que impactam a forma como as intervenções são conduzidas e como os profissionais respondem aos acompanhamentos familiares.

Observou-se que entre os trabalhadores existe a compreensão da necessidade de ações que se afastam do padrão da abordagem focalizada. Condição que leva a tentativas individualizadas para atendimento de um perfil específico de usuários. São iniciativas de caráter pedagógico ou socioeducativo que visam o fortalecimento do indivíduo como sujeito de direito, sua autonomia e protagonismo social. Mas que invariavelmente encontram resistência na gestão ou são desfeitas pela priorização do imediatismo.

“Embora compreenda que o planejamento nos permite ser mais eficazes em nossa intervenção, garantindo que atendamos as necessidades dos indivíduos e comunidades de forma eficiente e ética, não consigo planejar, em decorrência das demandas muitas vezes urgentes e imprevisíveis que enfrentamos, pelo mesmo motivo não acontece o planejamento de forma conjunta, mas percebo a cada dia a necessidade deste planejamento para realizar atendimentos de forma sistematizada na busca de melhor resultado dos serviços ofertados.” Entrevistada 05

“Especificamente na pasta de Mulheres em situação de violência, existe uma sistematização de algumas ações que visam construir um protocolo. Inicialmente recebe-se encaminhamentos da rede de atendimento ou demanda espontânea. Após uma triagem da urgência dos casos é realizada a busca ativa para acolhida interdisciplinar e avaliação. A partir disto é definido se o acompanhamento será realizado de forma individual ou em grupo. Para os grupos é utilizado método de grupo operativo. Para os acompanhamentos individuais, são realizados atendimentos interdisciplinares, baseado na construção de um plano de ação, porém, sem uma metodologia teórica definida.” Entrevistada 02

Certamente, intervenções que buscam promover a conscientização dos grupos sociais atendidos e que promovam a emancipação e o pertencimento dos sujeitos a um espaço de direito, não se concretizam por meio de referências teóricas ou boa vontade dos profissionais. Mas é alicerçado principalmente em um conjunto de posturas éticas e políticas das administrações públicas responsáveis pela execução das políticas sociais.

A questão da descaracterização dos encaminhamentos recebidos e o desconhecimento das atribuições e competências de cada serviço, como referenciado pelas entrevistadas, representam desafios importantes. Assinalam o recebimento pelo CREAS de demandas que deveriam ser direcionadas a outras esferas do poder público, ou ao sistema de justiça, ou a outros níveis de proteção social, criando situações para a equipe atender, mas que estão fora do escopo de suas atribuições. Essas ocorrências podem surgir devido à falta de clareza sobre os papéis e responsabilidades de cada órgão ou a carências de unidades ou serviços em outros níveis da proteção social. Destaque para a importância de estabelecer procedimentos claros

para os encaminhamentos e promover uma melhor coordenação entre os diferentes serviços e níveis de proteção social.

“A dificuldade está, principalmente, na compreensão das atribuições de cada serviço, o que provoca a interpretação de que grande parte das demandas perpassam o CREAS. Quaisquer indícios de conflitos familiares e fragilização de vínculos, mesmo que decorrente de situações pertinentes à saúde mental ou à vulnerabilidade material, são encaminhados ao CREAS.” Entrevistada 03

As famílias acessam o CREAS geralmente por encaminhamentos de órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, mas também por outros serviços presentes na rede de proteção do município e eventualmente por demanda espontânea. O grupo apresenta a percepção de que as famílias encaminhadas a unidade com presença de violência na dinâmica intrafamiliar ou doméstica³¹, tem em seu percurso de vida reflexos da desigualdade estrutural. Enunciam a escassez de recursos materiais³², a educação precária³³, a moradia inadequada³⁴, as fragilizações de vínculos e de referências familiares e comprometimentos de saúde física e/ou mental, como um conjunto de situações que compromete a função protetiva da família, socialmente esperada.

As entrevistadas manifestam pertinente a apreensão da dinâmica familiar, suas necessidades, recursos e desafios. Reconhecem o arranjo atual familiar e as violações vivenciadas como consequência de processos de exclusão sociocultural e não acesso a direitos instituídos. Elementos que indicam qual é a compreensão destes profissionais sobre o conceito de matricialidade sociofamiliar estabelecido pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Evidenciam a necessidade em fundamentar frequentemente através de relatórios, ou manifestações verbais que a organização e dinâmica das famílias atendidas são afetadas por fatores externos, em um contexto socio histórico de fragilizações sociais e de ausência de serviços públicos que garantam direitos. Uma colocação que visa enfrentar posicionamentos de

³¹ Conceituação de violência conforme o Manual de preenchimento do Relatório Mensal de Atendimento (RMA). A violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra. Não se restringe ao espaço físico onde a violência ocorre (MS, 2002). A violência doméstica, por sua vez, se distingue da violência intrafamiliar por incluir outros membros do grupo, sem função parental, que convivam no espaço doméstico. Incluem-se aí empregados(as), pessoas que convivem esporadicamente ou agregados (MS,2002). (Manual RMA, 2022, p.17)

³² Precariedade ou inaccessibilidade a trabalho remunerado e renda.

³³ Acesso desigual a educação de qualidade devido a fatores socioeconômicos, geográficos, raciais ou étnicos.

³⁴ Uma moradia que não atende aos padrões de estabilidade e proteção, uma vez que não oferece condições adequadas de segurança, espaço saudável para convivência, tornando local vulnerável e de risco para seus ocupantes.

culpabilização familiar, ainda presente em discursos e encaminhamentos da rede socioassistencial.

Com relação às expectativas das famílias atendidas, referem como objetivo dos serviços a superação do contexto de violação de direitos presentes nas relações intrafamiliares. E do profissional, o propósito se firma na disponibilidade das famílias seguirem “os acordos”, os “combinados”, através de apoio e orientação para adquirir mecanismos de autonomia e de convívio saudável. Isso inclui o acesso a direitos, serviços, programas e projetos dentro das políticas públicas, contribuindo para uma mudança na dinâmica e organização familiar para um formato protetivo e de qualidade de vida.

As exposições indicaram um referencial técnico operativo predominantemente constituído por atendimentos individualizados aos grupos familiares e/ou indivíduos, empregando instrumentos tradicionais e promovendo a discussão em equipe para situações mais complexas.

De modo geral, os profissionais iniciam os acompanhamentos com entrevista ou visita domiciliar, e sinalizam que é a partir da apreensão das necessidades da família, que as ações são desenvolvidas. Seguindo um percurso de atendimentos individualizados e de discussão com demais órgãos da rede de proteção, embasando o planejamento do acompanhamento familiar na experiência profissional cotidiana e nas discussões de equipe.

“Primeiramente, por meio dos documentos oficialmente encaminhados ao CREAS, e posteriormente, na entrevista inicial (Assistente Social e Psicóloga), visita domiciliar, articulação com a rede socioassistencial e demais serviços.” Entrevistada 04

“Por meio da entrevista inicial, da articulação e discussão de caso com demais órgãos da rede de proteção que atendam a família, por meio de visitas domiciliares.” Entrevistada 01

“Por meio da acolhida, entrevistas e visitas domiciliares. Também por articulação com outras políticas e /ou equipamentos da assistência social.” Entrevistada 02

“A partir dos encaminhamentos realizados por demais serviços da rede, a partir da escuta e acompanhamento das famílias.” Entrevistada 03

Por compreender a intersetorialidade como elemento importante no trabalho social com famílias questiona-se sobre a existência de trabalho intersetorial. As entrevistadas apresentaram que a dificuldade em referenciar a família atendida para outros serviços, seja da Assistência Social ou de outras políticas públicas, como principal determinante para o comprometimento de um trabalho intersetorial. Elas destacam a falta de envolvimento das outras políticas públicas, a ausência de serviços para atender as proteções sociais nas suas

complexidades e a carência de espaços de discussão para a construção /revisão coletiva de concepções, conceitos e protocolos entre os serviços.

“Falta de entendimento de outras políticas sobre seu trabalho junto as famílias e uma forma não ativa de atuação. Há uma cultura de familiarização no município que permeia políticas como saúde e educação. Entre equipamentos da assistência social, existe a falta de compreensão sobre o papel de cada proteção. Tal situação se agrava por falta de conhecimento técnico da própria gestão sobre a política de assistência e falta de espaços de discussão e construção de protocolos entre serviços e políticas. Falta de formação continuada.” Entrevistada 02

“Entendo que ainda não há uma definição, por não haver compreensão de toda a equipe e das equipes técnicas do que é demanda de cada proteção, passando principalmente pela gestão.” Entrevistada 05

Pondera-se que o envolvimento incompleto de outras políticas públicas tem elementos de uma concepção que enxerga a política de Assistência Social como residual, resultando na transferência para ela da responsabilidade pela “resolução dos problemas” não solucionados por outras políticas. Embora o acesso das famílias ao CREAS seja determinado por um contexto com elementos de violência intrafamiliar e/ou doméstica, ao analisar a trajetória sociofamiliar, tornam-se visíveis as fragilidades sociais como reflexos da desigualdade estrutural e do não acesso histórico ou atual, a educação, ao trabalho, a saúde, a habitação e outros direitos sociais.

Em relação as coberturas dos níveis de proteção social no território, aqui compreendido território como município, ou bairros, as profissionais reportam sobre a ausência de unidades/serviços em comunidades descobertas³⁵ por Centros de Referência Assistência Social (CRAS). E a ausência de unidades/serviços que atendam e deem suporte a Alta Complexidade, como Instituições de Acolhimento para adultos e famílias, para Mulheres em situação de violência, para jovens e adultos Pessoas com Deficiência (PCD) e para idosos.

“Há dificuldades em referenciar as famílias para outros serviços, por falta de oferta destes serviços.” Entrevistada 05

“O território de atendimento do CREAS é todo do município, e inclui locais onde a articulação da rede é dificultada seja pela distância, seja pela ausência de serviços que abarcam aquela área.” Entrevistada 03

“Em sua maioria o CREAS atende famílias em situação de violência ou sob ameaça. No entanto ainda existem muitos encaminhamentos de famílias que são públicos de outras políticas ou de outros níveis de proteção da assistência.” Entrevistada 02

³⁵ O município possui quatro Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para atendimento, mas uma parcela de bairros e localidades rurais ficam sob a responsabilidade do órgão gestor da Assistência Social, com atendimentos pontuais, por não atribuir este órgão o trabalho de acompanhamento pelo serviço de proteção integral a família (PAIF).

Pelas respostas também se constatou a ausência de momentos dedicados à elaboração e à otimização de protocolos entre os diferentes serviços, constituindo um aspecto desfavorável ao trabalho intersetorial. A falta de protocolo para encaminhamentos de referência e contrarreferência entre os serviços de proteção básica e proteção especial levam a um fluxo fundamentado na compreensão individualizada dos profissionais, das coordenações ou da gestão. Condição que leva o acompanhamento familiar a transitar muito mais como “casos” a serem resolvidos e devolvidos, em vez de o desenvolverem de forma integrada e contínua.

“Teoricamente o CRAS seria a porta de entrada para outras políticas sociais, contudo percebemos que com a judicialização dos casos, entre outros motivos, o CREAS acaba iniciando atendimento de famílias que nunca foram atendidas pela proteção social básica. Considero mais uma vez que a judicialização pode contribuir para este cenário, em que há pouco investimento na esfera da proteção/prevenção, gerando um inchaço no CREAS. Havendo a superação da situação que gerou o encaminhamento para o CREAS, geralmente encaminhamos via memorando a sugestão de acompanhamento pelo CRAS. Mas como já exposto uma grande área de Campo Largo não tem CRAS de referência, apenas uma equipe de assistentes sociais que fornecem benefícios eventuais, mas não há um acompanhamento ou serviços de convivência, por exemplo. O que muitas vezes gera insegurança no momento de desvincular a família do CREAS.” Entrevistada 01

Descompassos que tendem a ser sanados quando o trabalho intersetorial, ou articulado em uma rede socioassistencial passa a ser uma estratégia de gestão, que não se restringe a iniciativas individuais de profissionais ou responsabilidade exclusiva da política de Assistência Social. Apesar de ser crucial o envolvimento e o comprometimento dos trabalhadores, a maneira como as políticas públicas são implementadas pode ou não favorecer o trabalho intersetorial ou ainda da rede de proteção.

Analisando as entrevistas realizadas, percebe-se pensamentos uniformes entre os profissionais do grupo. Sinalizando uma percepção coletiva das dificuldades que afetam sobremaneira o desenvolvimento de um trabalho social com famílias com caráter sistemático, processual e contínuo. Como também é consonante a disponibilidade para a construção de referenciais teóricos e metodologias coesas que possam contribuir para autonomia e emancipação das famílias. Identificado como potencial a ser explorado na equipe de trabalho.

Entretanto, para avanços quanto a proteção social no município, é substancial o atendimento a lacunas identificadas, tanto no que diz respeito ao direcionamento para formalização de metodologias com viés socioeducativo e de grupo, quanto à necessidade de fortalecimento da política de Assistência Social no âmbito municipal em relação às outras políticas públicas, ao sistema de Justiça e os demais órgãos de garantia de direitos.

6 CONSIDERAÇÕES

A evolução da Assistência Social, marcada por mudanças normativas e referenciais teóricos, conduziu à criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esse arcabouço legal, composto por leis e regulamentos, representa uma transição de uma abordagem filantrópica da assistência para uma política pública fundamentada em direitos. No âmbito dessas normativas, a família é destacada como categoria central para as ações de proteção social do Estado. Estas ações ancoradas pelos fundamentos teórico-metodológicos e as concepções acerca de categorias centrais de desenvolvimento, tais como direitos de cidadania, autonomia e necessidades familiares, vão sustentar as finalidades que se quer alcançar com o Trabalho Social com Famílias (TSF).

Assim, com base em princípios e objetivos, delinea-se um caminho (metodologia) para o TSF, desempenhado por trabalhadores do SUAS atuantes nos serviços socioassistenciais. Essa projeção se baseia no conhecimento das dinâmicas familiares e nas decisões tomadas pelos profissionais, em especial pelos gestores, para atender as demandas das famílias em determinados territórios.

Relevante salientar que a constituição dos serviços socioassistenciais envolve equipes de referência multidisciplinares, compostas por profissionais detentores de conhecimentos distintos. Condição de importância para construção conjunta de metodologias no contexto do trabalho social com famílias. Uma diversidade de saberes, mas que integrados, possibilitam reflexões críticas sobre conceitos, concepções e escolhas de processos metodológicos de trabalho que visam o fortalecimento das famílias e seus membros enquanto sujeitos de direitos.

Embora se tenha presenciado avanços na implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para cidadãos de direito, a sua consolidação enfrenta desafios consideráveis. Apesar das mudanças significativas nos preceitos legais, essa transição não ocorre na mesma proporção nas bases estruturais da sociedade, ditadas pelo contexto socioeconômico neoliberal, nem nas concepções teóricas previamente difundidas. Conjuntura que dificulta a efetiva garantia da proteção integral das famílias pelo SUAS, dada a persistência de conceitos conservadores que reforçam os interesses dominantes, muitas vezes fortalecidos pelo Estado.

Cenário que afeta a execução dos serviços socioassistenciais, com profissionais que ao planejar o trabalho social com famílias, se veem em um embate entre desenvolver uma abordagem centrada no indivíduo como sujeito de direitos e a necessidade de executar

programas/projetos focalizados e descontinuados que objetivam respostas pontuais e imediatas. Ou ainda deparar-se com lacunas pela ausência de unidades públicas de atendimento, serviços ou programas que, embora estejam previstos, ainda não foram efetivamente implantados.

Torna essencial destacar as diferentes configurações familiares e a abordagem subjacente ao trabalho social com famílias. Fundamental compreender quais papéis e funções se espera que a família desempenhe em comparação aos papéis desempenhados pela sociedade e pelo Estado. Assim, imprescindível desfazer os modelos de intervenção que sustentam conceitos enraizados na culpabilização familiar, atribuindo exclusivamente a ela a responsabilidade pela proteção de seus membros. É primordial desenvolver o trabalho social por meio da introdução de metodologias com o intuito de estimular uma consciência crítica da população atendida, embasadas em uma dimensão sócio pedagógica.

Importante analisar a concepção da matricialidade sociofamiliar, uma das diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Embora esta reconheça a diversidade de arranjos e dinâmicas familiares atuais, onde processos de exclusão sociocultural acentuam as fragilidades e contradições das famílias, também evidencia a função de caráter protetivo da família, enquanto instância primária de cuidado. A maior expectativa é que a família produza cuidados, proteções, vínculos relacionais fortalecidos e sirva como espaço de inclusão social. Sem, todavia, neste conceito, comprometer notoriamente a parcela que cabe ao Estado - como responsável pela proteção social familiar - para que enfim a família possa desenvolver a capacidade protetiva que se espera dela.

Atenção para a perspectiva da família como agente responsável pela organização familiar e pelo bem estar de seus membros, responsabilizando-a exclusivamente pelas vicissitudes da vida cotidiana que levaram a uma dinâmica familiar de desproteção. Enfatiza-se o perfil das famílias acompanhadas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), referenciado na Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade. O trabalho social com essas famílias tem como objetivo a superação de situações de violações de direitos por meio do desenvolvimento da capacidade protetiva familiar. Contudo se depara com territórios desprovidos de serviços públicos que assegurem a Proteção Social Básica (PSB) e direitos sociais relacionados a outras políticas públicas. É imperativo que o Estado reconheça a importância de proteger e assistir as famílias, evitando que a oferta de proteção estatal pareça ocorrer apenas em situações de “falhas” familiares, o que pode fragilizar relações pessoais e na família.

Destaca-se a observação feita pelos profissionais do CREAS de Campo Largo, ressaltando a importância de não atribuir exclusivamente à família a responsabilidade pelo

contexto de desproteção vivenciado por ela, tanto em suas comunicações verbais quanto em documentos. Destacam a necessidade cotidiana de apontar a necessária participação do Estado na prestação e implementação de serviços, programas, projetos, além das ações já existentes.

As considerações expostas indicam o desafio multifacetado enfrentado no âmbito do trabalho social com famílias no SUAS. Este cenário requisita dos trabalhadores uma competência técnica, mas também sensibilidade ética e política para lidar com um cotidiano de desafios, frente as complexidades evidenciadas pelas dinâmicas familiares, resultados de processos sociais, econômicos, políticos e culturais, e o afastamento do Estado enquanto garantidor de direitos e responsável pela proteção social como evidenciado na Constituição Federal de 1988.

Consigna-se que as orientações técnicas para o funcionamento do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) estabelecem a intersetorialidade como instrumento de rompimento de práticas fragmentadas, fundamental para a construção de metodologias para o TSF de caráter universal. Caso não exista integração do trabalho intersetorial e uma rede socioassistencial que garanta proteção social, o trabalho social com famílias é prejudicado.

Pode-se sugerir o desenvolvimento de um conjunto de posturas éticas e políticas das gestões públicas responsáveis pelo planejamento e organização do Sistema Único de Assistência Social em todas as esferas. Essa estratégia implica a criação de momentos para a discussão e conhecimento das atribuições de cada serviço, a luz das normativas, bem como a promoção de práticas intersetoriais por meio da elaboração de procedimentos institucionais. Além disso, reconhecer a importância do planejamento, execução, registro, monitoramento e avaliação do desenvolvimento dos serviços socioassistenciais para obter clareza sobre as necessidades a serem atendidas pela proteção social, assim como para determinar a quantidade adequada de profissionais necessários as equipes de referência para oferecer serviços de qualidade às famílias atendidas.

Como já destacado, as reflexões apresentadas ao longo deste artigo não têm a intenção de estabelecer uma metodologia padronizada para o trabalho social com famílias no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS). São parâmetros que ressaltam a importância de uma construção coletiva, visando fortalecer o indivíduo enquanto ser social e seu pertencimento a um espaço coletivo de direitos.

Na definição do processo metodológico, é relevante priorizar a participação das famílias/indivíduos, desenvolvendo intervenções sustentadas no conhecimento das realidades sociais e das demandas percebidas pelos profissionais que atuam no âmbito da Assistência

Social. É crucial romper com ações pontuais e emergenciais, ainda que por vezes, necessárias diante de situações de risco, como em atendimentos específicos realizados pelo CREAS. No entanto, ações imediatistas não devem representar a totalidade de intervenções, já que não promovem o processo reflexivo capaz de identificar as necessidades familiares coletivas, desviando o foco do trabalho social com famílias de cunho emancipatório, como previamente discutido.

Realce para a importância de adotar metodologias flexíveis e planejadas com abordagens pedagógicas e grupais no trabalho social com famílias, visando fortalecer a proteção social. Este percurso sistemático, processual e contínuo, é fundamental para transformar e fortalecer a Assistência Social como política pública. A coletivização das necessidades familiares permite compreender os fenômenos socioeconômicos e culturais presentes no grupo, visando a manutenção dos direitos existentes e a incorporação de novos.

Como posicionado nas diretrizes que alimentam a organização da política pública de Assistência Social, a família desempenha um papel fundamental na formação e proteção de seus membros. No entanto, para que ela consiga propiciar uma dinâmica familiar protetiva, depende que a sociedade crie um ambiente inclusivo, e o Estado desenvolva a responsabilidade de garantir que todos os cidadãos tenham acesso a serviços essenciais e direitos universais, além de promover a justiça social.

Referências Bibliográficas

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Família e Políticas Públicas: o acúmulo da pesquisa no Serviço Social**. Nota técnica. Brasília.2021. Disponível em <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/nt-abepss-marco-21-202103262108381181190.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2023.

ASSIS, S. G., SOUZA, E. R. and MINAYO, MCS. **Caracterização dos municípios: desenvolvimento social, econômico e contexto demográfico**. Rio de Janeiro. Fiocruz, 2007.

BALDISSERA, A. Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. **Revista Sociedade em Debate**. Pelotas, vol 7, p. 5-25, agosto de 2001. Acesso em <https://trabalhoepsicologia.com.br/2019/09/25/pesquisa-acao-uma-metodologia-do-conhecer-e-do-agir-coletivo/>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal,1988.

_____. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 18 de abril de 2023.

_____. **Lei nº 12.345, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm. Acesso em: 20 de abril de 2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução N 145, de 15 de outubro de 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **NOB/RH- SUAS: anotada e comentada**. Brasília, 2011. Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/LIVRO%20NOB-H%20SUAS%20Anotada%20e%20Comentada.pdf>

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social-NOB-SUAS**. Brasília: MDS,2012. Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fundamentos ético-políticos e rumos teórico metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2016. Disponível em <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/153.pdf>

_____. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Registro Mensal de Atendimento (RMA) CREAS. **Manual de Instruções**. Brasília, agosto de 2022. Disponível em https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/atendimento/doc/Manual_RMA_CREAS2022.pdf

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Indicadores – ID CREAS**. Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index5.php>. Acesso em: 23 de abril de 2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Nota técnica N. °27 /2015/ DGSUAS/SNAS**. Disponível em: <https://aplicações.mds.gov.br>userfiles>files.pdf>. Acesso em 23 de abril de 2023.

CARVALHO. M.C.B de. **Gestão Social e Trabalho Social: desafios e percursos metodológicos**. São Paulo, Cortez, 2014.221p.

GUERRA.Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. CFESS/ABEPSS. Brasília. 2009.

GOIS. D.A. de (Org). **Famílias e Trabalho Social: trilhando caminhos no Serviço Social**. Campinas/SP, Papel Social,2018.204p.

IAMAMOTO.M.V. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE-cidades. Panorama**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/campo-largo/panorama>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Disponível em http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/Ivs/publicacao_atlas_ivs.pdf

LAVAROTTI.C. **Tecendo a Rede de Proteção a Crianças e Adolescentes em situação de risco para a Violência do Município de Curitiba/PR**. Revista: NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses). Curitiba, V.2. P.1-24. junho 2016.

_____(Org.) **Programa de Capacitação permanente na área da infância e adolescência: o germinar de uma experiencia coletiva**. Ponta Grossa, Ed. UEPG, 2007. 350 p.

MACHADO.A.M. B, et al. Paulo freire e a educação popular na história do Serviço Social brasileiro (1980 – 2010). **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 134, p. 70-87. Jan/abril 2019. Acesso em <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/64sQhQzqsnnwBh5zRntwwxp/>

MARTINELLI, M.L. (Org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. 2. ed. São Paulo: Veras, 2012.

MIOTO. R.C.T. **A centralidade da Família na Política de Assistência Social: contribuições para o debate**. In: Palestra proferida no Ministério da Assistência Social/Brasília, 2003, Brasília. Artigo.

TEIXEIRA. S. **Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas.** Revista: Serviço Social em Revista. UEL. LONDRINA, V. 13, N.1, P. 4-23, JUL/DEZ. 2010

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. PNUD Brasil. **Atlas do desenvolvimento humano dos municípios.** Disponível em <https://www.undp.org/pt/brazil/atlas-dos-munic%C3%ADpios>

Anexo 1. Roteiro da Entrevista estruturada

1. No CREAS que trabalha você considera que é realizado Trabalho Social com Famílias?

Sim () Não ()

2. Se a resposta for NÃO, qual o principal motivo da não realização?

3. Se a resposta for SIM, quais as metodologias utilizadas? Como são definidas?

4. Qual o referencial teórico ou documental que utiliza para construir as metodologias de trabalho? E para desenvolver o trabalho social com as famílias?

5. Há possibilidade de planejamento quanto ao processo de trabalho? Se sim qual o momento, se não qual o motivo da inexistência?

6. Enquanto profissional haveria disponibilidade para a construção conjunta de metodologia para o serviço?

7. Como caracterizaria as famílias atendidas no CREAS?

8. Como você conhece as necessidades das famílias que acompanha?

9. Há dificuldade em referenciar a família para outros serviços necessários na complementação do acompanhamento ou para complexidades que ultrapassam as atribuições do CREAS? Se sim quais são?

10. Qual a expectativa em relação as famílias acompanhadas?

11. Qual é o território das famílias que você acompanha? É possível articular a rede de serviços?

12. Há trabalho intersetorial como outras políticas, como ocorre?

13. Qual o fluxo de referência e contrarreferência entre as proteções na secretaria de Assistência Social?

Anexo 2**Termo de Consentimento**

Confirmando que _____ explicou os objetivos desta pesquisa, bem como a forma de participação. As alternativas para minha participação também foram discutidas. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto eu dou meu consentimento e concordo com a participação voluntária nesta pesquisa. Autorizo a publicação dos dados informados e relatados sem a identificação do sujeito desta pesquisa.

Campo Largo, _____ de _____ de 2023.

Nome do participante:

Assinatura do participante:

Assinatura da pesquisadora:
